



# O isolamento internacional do Brasil com Bolsonaro

Azzi, D., Rodrigues, G., Souza, A. (2022). *Política Externa Brasileira em Tempos de Isolamento Diplomático*.  
<https://editoratela.com.br/product/politica-externa-brasileira-em-tempos-de-isolamento-diplomatico>

*Política Externa Brasileira em Tempos de Isolamento Diplomático* é produto das pesquisas de docentes e estudantes do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB) da Universidade Federal do ABC (UFABC) e contou com apoio da Fundação Friedrich Ebert-Brasil. O livro aborda a política externa brasileira (PEB) do governo Jair Bolsonaro, especificamente em 2021, ápice do isolamento diplomático do Brasil. Ao longo de 11 capítulos, o livro

discorre sobre a falta de uma visão estratégica no que tange à inserção econômica internacional, a saúde na PEB - tema de grande relevância considerando a pandemia do COVID-19 e o negacionismo envolto no governo em questão. Além das questões da política ambiental, e outras agendas que historicamente tinham espaço na PEB, mas que na política externa de Bolsonaro foram negligenciadas, ou melhor, boicotadas. Ainda, alguns capítulos abordam a aproximação do

Brasil com os EUA, o afastamento das relações Brasil- China, e as relações com a África e com a América Latina.

A política econômica do governo Bolsonaro em 2021, especialmente frente à pandemia, está fortemente ligada ao modo de inserção econômica internacional do Brasil. A conjuntura da crise econômica se insere na condição iminente das crises climáticas e confirmação da quarta revolução industrial-tecnológica, retomando a rivalidade interestatal. O primeiro capítulo aborda as economias do Leste Asiático, principalmente China, como líderes da recuperação global devido sobretudo às medidas eficazes durante a pandemia e orientação para a recuperação econômica pautada em investimento público, refletindo no crescimento do PIB chinês.

Em relação ao Brasil o caminho foi inverso, guiado pela liberalização econômica, o governo tomou medidas desorientadas e pautadas em curto prazo, sem análise crítica e gestão de riscos. Assim, a agenda se voltou a intensificar o plano de privatizações e desindustrialização prematura, em desacordo com as tendências internacionais. As consequências são diversas, com destaque para a crescente desi-

gualdade social, pobreza e altos índices de desemprego. O capítulo conclui evidenciando uma série de oportunidades perdidas nos setores de tecnologia e saúde que deixaram marcas profundas na política econômica. Há a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento e inserção econômica com alicerces de cunho ambiental e de sustentabilidade, congruente à tendência econômica e tecnológica global.

Nas questões ambientais, o destaque foi no sentido negativo, com afrouxamento da proteção ambiental, alinhada ao pensamento econômico ultraliberal de maximização de lucros e a concepção militar de que o ambiente habitado por comunidades camponesas e indígenas são obstáculos às ações militares e à defesa da soberania nacional. Ainda, o crescimento desenfreado do desmatamento, promoção do uso de agrotóxicos, expansão da pecuária na Amazônia e Pantanal e a promoção da ação das forças armadas na região combinados com o corte de verbas no orçamento do Ministério do Meio Ambiente refletem o desastre da política externa ambiental. O livro dedica um capítulo para analisar o isolamento da política externa do Brasil neste sentido, entendendo como a política am-

biental recente vem sendo construída com bases na negligência e negacionismo, ignorando as tendências sustentáveis, a segurança alimentar, as mudanças climáticas e a proposta de uma bioeconomia para a Amazonia, subordinando a agenda aos interesses do agronegócio e extrativismo.

Em outro tema sensível, observa-se a desconstrução dos direitos humanos com ausência de uma verdadeira PEB nesta agenda. O capítulo apresenta relatórios e manifestações de órgãos de direitos humanos com indicadores de desigualdade e pobreza alarmantes. Dentre os relatórios considerados, o da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) aponta questões étnicas e de gênero como cerne para mapear quais grupos sofrem ataques aos seus direitos. Como resultados das análises, são compreendidos os grupos quilombolas, afrodescendentes e indígenas como as maiores vítimas de homicídios.

Como consequência, a imagem internacional brasileira no que tange aos direitos humanos é de desprestígio. Um tema que poderia ter mais espaço no livro neste sentido são os índices de feminicídio e violência generalizada contra a mulher, especialmente

neste último ano de 2021 com a pandemia obrigando mulheres a permanecer no mesmo espaço que seus agressores por um período mais prolongando. Além da questão dos direitos humanos e violência contra a mulher, a PEB do atual governo é excludente na questão de gênero e mostra mais um ponto de isolamento por parte do Brasil, indo contra a tendência global de cada vez maior inclusão e participação das mulheres na política mundial.

Na questão militar, as forças armadas ocuparam posição de prestígio pelos apoiadores de Bolsonaro, podendo assim articular estratégias para alcançar posições de poder dentro da política, integrando ministérios, agências reguladoras e órgãos fiscalizadores. Tal movimento sustenta os objetivos dos militares como deter vantagens pecuniárias, institucionais, aumento de recursos econômicos para a estrutura institucional e, claro, buscando a intensificação do papel político das instituições militares. Este contexto grave tem grandes consequências na PEB pois envolve defesa de fronteiras, a questão da Amazônia, missões de paz e manutenção da paz na América do Sul. A PEB em termos militares tem sido marcada pelo alinhamento

com EUA. Neste sentido, o livro traz um cenário futuro coerente considerando os últimos anos de governo Bolsonaro e caso houvesse sua reeleição.

Com a eleição de Joe Biden à presidência dos EUA, os autores deste capítulo apontam que houve um ajuste na posição político-ideológica da aliança EUA-Brasil pautada no “antiglobalismo”. Como expressão deste ajuste, o texto cita a troca de ministro das Relações Exteriores e a troca de embaixador dos EUA no Brasil, tornando a PEB mais pragmática embora ainda passiva ao imperialismo. Questiona-se o retorno do neodesenvolvimentismo brasileiro e como seria o cenário com a reeleição de Bolsonaro ou retorno de Lula, com provável retomada de uma PEB mais próxima do Sul Global e o afastamento de Washington.

A obra dedica espaço para as relações do Brasil com a China, com a hipótese de que as alterações do panorama externo e demandas internas levaram a PEB a buscar conciliação com o país. Não houve, entretanto, o desenvolvimento das relações bilaterais em 2021, apenas uma diminuição da hostilidade à China frente à pandemia.

O livro encerra com as possibili-

dades de reconstrução da PEB pós-Bolsonaro como desafiadoras, considerando os desarranjos apresentados. Além de antigos, somam-se novos desafios para a PEB. É necessário esforços e mobilizações para construir um espaço político onde um projeto possa florescer com clareza e direcionamento pautado na legitimidade e consistência. Cabe ao próximo governo investir em diálogos para a busca de parcerias e promover uma PEB alinhada a nossos interesses.

Em suma, o livro aborda bem como o Brasil se articulou contra a movimentação internacional, ficando refém das mudanças do cenário global em várias esferas. O ano de 2021 na PEB marca o ápice do isolamento internacional do Brasil no governo Bolsonaro. Com a eleição de Lula à presidência, e sua posse em janeiro de 2023, há grandes expectativas para a Política Externa Brasileira e para as agendas negligenciadas nos últimos anos.

No que tange à tradição da PEB, historicamente as negociações multilaterais e parcerias com países da América Latina e África sempre tiveram espaço. Nesse sentido, a política externa de Bolsonaro foi atípica na trajetória da PEB, com posicionamentos hostis à antigos parceiros e prin-

principalmente aos temas de Meio Ambiente e Clima. Dito isto, o Brasil perdeu protagonismo na agenda global e o tradicional prestígio ocasionando o isolamento que justifica o título do livro.

Outra pauta fortemente prejudicada nesta circunstância foi a de Direitos Humanos. A desarticulação nesta agenda nos permite apontar que não houve uma política externa de direitos humanos no período Bolsonaro. O retrocesso da agenda está intrinsicamente ligado ao viés de ultra-direita do governo e à natural aproximação com aliados reacionários, interrompendo os esforços tradicionais do Brasil em política externa de direitos humanos.

O livro termina com a contribuição do diplomata Antonio Cottas de Jesus Freitas à política externa brasileira pós-Bolsonaro. Segundo este autor, que liderou a iniciativa “Diplomacia para a Democracia”, o caminho para a reconstrução da inserção internacional do Brasil pautada em valores democráticos e progressistas será árduo e exigirá grande investimento do próximo governo.

A Política Externa Brasileira é plural e complexa, e o ano de

2021 foi marcado por políticas simplistas e amadoras do governo Bolsonaro, consolidando seu desmonte. O livro apresentou um cenário amplo da PEB de 2021 e perspectivas para o futuro.

Michelle Moreira Alves